Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JRPC - 17634/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/6630/2014
PROTOCOLO	: 1489777
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DOURADOS
JURISDICIONADO (A)	: LEDI FERLA
CARGO	: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
INTERESSADO (A)	: COMERCIAL T & C LTDA. – EPP
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 117/2014
RELATOR (A)	: CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas referente ao Contrato Administrativo n. 117/2014, celebrado entre o Município de Dourados (por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Investimentos Sociais) e a empresa Comercial T & C Ltda. – EPP, tendo por objeto a aquisição de bebedouro e ar condicionado. Neste momento, examina-se a regularidade do **contrato** (segunda fase) e da **execução financeira** (terceira fase) da contratação.

Os documentos presentes nos autos foram examinados pela 1ª Inspetoria de Controle Externo (1ª ICE) e pelo Procurador do Ministério Público de Contas. Ambos concluíram pela regularidade do contrato e da execução financeira, conforme se observa na Análise n. 8439/2017 (peça n. 9, fls. 97-102) e no Parecer n. 22492/2017 (peça n. 10, fl. 103).

É o relatório.

DECISÃO

Analisando a prestação de contas em julgamento, verifico que os documentos relativos ao contrato e à execução financeira da contratação estão em consonância com os dispositivos legais pertinentes.

Diante disso, concordo com a análise da 1ª ICE, acolho o parecer do representante do MPC e, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, decido declarar a **regularidade**:

I – do Contrato Administrativo n. 117/2014 (segunda fase), celebrado entre o Município de Dourados (por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Investimentos Sociais) e a empresa Comercial T & C Ltda. – EPP;

II – da execução financeira (terceira fase) da contratação.

É a decisão.

Campo Grande, 31 de outubro de 2017.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro relator

RT